

# O empenho ecumênico da Igreja católica

## The ecumenical commitment of the Catholic Church

Maycon Renan da Silva<sup>1</sup>

### Resumo

O ecumenismo, ainda recente na Igreja católica romana, precisa ser cada vez mais acolhido, refletido e posto em prática. A questão ecumênica, indubitavelmente faz parte do ser cristão, pois é inconcebível dizer ser cristão, mas não buscar a unidade, de modo que a unidade é uma das características da Igreja, visto que Deus, apesar de três pessoas, é um só. Foi principalmente com o papa João XXIII que a Igreja teve uma grande abertura para o diálogo ecumênico, de modo que, assim, culminou no grande evento do século XX para a Igreja: o Concílio Vaticano II. Tal evento foi realmente um novo Pentecostes para a Igreja. Portanto, o presente artigo visa refletir acerca do empenho ecumênico da Igreja católica romana, sobretudo em torno do Concílio Vaticano II.

### Palavras-chave

Igreja. João XXIII. Ecumenismo. Diálogo. Concílio Vaticano II.

### Abstract

Ecumenism still recente in the Roman Catholic Church, needs to be increasingly embraced, reflected and put into practice. The ecumenical question is undoubtedly part of the Christian being, for it is inconceivable to say to be a Christian, but not to seek unity, so that unity is one of the characteristics of the Church, since God, in spite of three persons, is one. It was mainly with pope John XXIII that the Church had a great opening for ecumenical dialogue, so that it culminated in the great event of the twentieth century for the Church: the Second Vatican Council. Such an event was really a new Pentecost for the Church. Therefore, this article aims to reflect on the ecumenical commitment of the Roman Catholic Church, especially around the Second Vatican Council.

### Keywords

Church. John XXIII. Ecumenism. Dialogue. Second Vatican Council.

## INTRODUÇÃO

Com o presente artigo, pretende-se expor, ainda que brevemente, um histórico em relação aos gestos, posturas e atitudes que foram sendo tomadas aos poucos em relação ao ecumenismo por parte da Igreja católica, de modo que culminasse no Concílio Vaticano II, que foi o grande marco da Igreja no século XX, não só nas questões ecumênicas, mas na sua relação de diálogo com o mundo.

Assim, em primeiro lugar, serão mostradas algumas instâncias que foram preparando terreno para que o concílio se abrisse e abraçasse definitivamente a causa do ecumenismo. Será abordado brevemente sobre o movimento *personalista*, sobre a reflexão teológica que deu base para as discussões conciliares. Será apontado, além disso, o âmbito da espiritualidade e em que

---

<sup>1</sup> Doutorando, mestre e bacharel em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Licenciado em Filosofia pela PUCPR. Pároco da Paróquia Nossa Senhora de Fátima, Amaporã, Diocese de Paranavaí, Paraná. Contato: [mayconrenan2@hotmail.com](mailto:mayconrenan2@hotmail.com).

esta contribuiu para a questão ecumênica. Também sobre a criação de organismos ecumênicos para fomentar o encontro das igrejas. E, finalmente a união de cristãos na ação social.

Num próximo tópico será comentado sobre a convocação do Concílio Vaticano II por João XXIII e a sua pretensão para que fosse realmente um concílio ecumênico e que devesse ser vivido de forma ecumênica. E, finalmente, serão elencados alguns pontos no último tópico sobre algumas propostas do Concílio Vaticano II em relação ao ecumenismo com o decreto *Unitatis redintegratio* e com a declaração *Dignitatis humanae*. Com o presente artigo não se pretende esgotar todo o tema sobre as iniciativas ecumênicas da Igreja católica romana, mas apenas expor brevemente alguns pontos para reflexão, e abertura da mesma em relação ao ecumenismo.

### 1 O EMPENHO ECUMÊNICO DA IGREJA CATÓLICA

No que diz respeito a abertura da Igreja católica romana ao movimento ecumênico, pode-se dizer que é ainda muito recente. Júlio de Santa Ana assevera que até o pontificado de João XXIII a posição que predominava na Igreja era de desconfiança e até mesmo de hostilidade para com os esforços em prol da unidade que eram desenvolvidos fora do âmbito da jurisdição do Vaticano.

Vale lembrar que a posição do catolicismo romano, desde o início do segundo milênio de sua história, até o século passado, foi marcada pelo predomínio do dogmatismo, de modo que sua rigidez foi crescendo até chegar no Concílio Vaticano I. Foi neste período que nasceu e foi impulsionada a inquisição, o Santo Ofício, que tinha a incumbência de inspecionar e censurar tudo o que parecesse ter traços de heresia (SANTA ANA, 1987, p. 81-82).

Percebe-se até então o fechamento da Igreja para muitas questões. Uma delas é a questão ecumênica, que desde seu início, sempre foi vista como uma ameaça ou como uma questão perigosa. Todavia, próximo ao Concílio Vaticano II, a postura da Igreja em relação ao ecumenismo começa a mudar. E com tal concílio ganhará uma visão totalmente diferente. Será realmente uma grande abertura para ouvir e fazer aquilo que o Espírito soprava a fazer.

Nesta mesma perspectiva, Wolff (2014) diz que, às vésperas do Concílio Vaticano II, a posição de Roma começa a mudar. O contexto era de que os anos 60 do século XX criaram uma atmosfera cultural que afirmava o direito à liberdade de expressão socioreligiosa, a valorização do indivíduo pela filosofia existencialista, o reconhecimento do valor da diferença.

Assim, neste contexto, a Igreja sentia a necessidade de uma revisão profunda em seu ser e seu agir, rompendo, desse modo, esse seu casulo solipsista no qual havia se fechado há séculos. Por isso, Wolff lembra que uma das finalidades do Vaticano II foi propor uma expressão muito cara que é o *aggiornamento* da Igreja às novas relações tanto com a sociedade, como com as outras religiões e outras igrejas (WOLFF, 2014, p. 25).

A Igreja, de seu fechamento, foi aos poucos se abrindo, de modo que, algumas atitudes, algumas iniciativas de algumas pessoas foram contribuindo para que ela aos poucos fosse

compreendendo a dimensão do ecumenismo e ter a verdadeira compreensão de unidade. Portanto, a relação que a Igreja católica foi tendo em relação às outras igrejas foi mudando aos poucos, de modo que algumas condições para mudanças foram sendo preparadas.

Santa Ana lembra que o movimento personalista inspirado por Emmanuel Mounier, serviu, certamente, para aglutinar católicos, protestantes e ortodoxos na Europa Ocidental, no empenho ecumênico. Segundo ele, o meio de expressão foi por meio da revista *Esprit*. Isso mostra uma grande evidência da capacidade ecumênica dos leigos. Tal movimento, o *personalismo*, procurou respostas apropriadas aos grandes problemas da primeira metade do século passado (SANTA ANA, 1987, p. 82-83).

Sobre o movimento *personalista* Marcelo Barros afirma que:

Em vários países da Europa havia muitos grupos sensíveis ao trabalho pela unidade. Na França, com o movimento “o personalismo” e através da revista “Esprit”, Emanuel Mounier colaborou fortemente para criar uma nova sensibilidade na Igreja Católica com relação à unidade. Continuou a tradição de serem os leigos que mais contribuem para unir as Igrejas (BARROS, 1996, p. 121).

Wolff destaca quatro instâncias que foram preparando caminho para a Igreja católica se abrir definitivamente ao ecumenismo: no âmbito da reflexão teológica, na espiritualidade, na criação de organismos ecumênicos e na ação social. Adiante, será apresentado cada um particularmente, e o que cada um trouxe para a contribuição ecumênica.

No que diz respeito à reflexão teológica, Wolff afirma que vai-se construindo uma nova compreensão das comunidades cristãs não vinculadas à Roma e uma revisão da eclesiologia católica em perspectiva de diálogo. As primeiras intuições ecumênicas na teologia católica em perspectiva de diálogo são ainda do século XIX com Johann Adam Möhler e John Henry Newmann (1801-1890). Ambos evitaram o tom apologético, como era normal no seu tempo.

Sobre estes teólogos, Marcelo Barros afirma que:

Na Alemanha, em 1822, o teólogo católico Padre Jean Adam Möhler decidiu estudar teologia com o mestre protestante Neander. A partir daí, toda a teologia de Möhler, que influenciou muito os meios intelectuais católicos até neste século, é um tratado de profundo ecumenismo, precursor do movimento ecumênico que se desenvolveria em nossos tempos. [...] Na Inglaterra, mesmo depois que Newman, o grande teólogo e líder do Movimento de Oxford, aderiu à Igreja Católica, seus amigos anglicanos continuaram com ele o diálogo e a busca de relações entre a Igreja Católica e a Igreja Anglicana. Este movimento gerou [...] uma profunda amizade entre o anglicano Lord Halifax e o cardeal Mercier (BARROS, 1996, p. 120).

Todavia, o trabalho teológico mais importante e mais significativo para o impulso ecumênico foi de Yves Congar, que tratou sobre a divisão dos cristãos e propôs princípios de um ecumenismo católico. Segundo Wolff, juntamente com este, estão outros, como Rahner, Balthasar, Daniélou que muito contribuíram para que houvesse uma teologia ecumênica. O

Vaticano II vai acolher a reflexão desses teólogos, acolhendo a ideia de “ecumenismo católico” para “princípios católicos” do ecumenismo (UR 2-4).

É pertinente lembrar que, o movimento *personalista*, mencionado anteriormente, e que embora não fosse confessional, mas que tinha uma inspiração cristã, influenciou para levar a Igreja católica romana às posições ecumênicas conhecidas a partir do pontificado de João XXIII e o começo do Concílio Vaticano II. Júlio de Santa Ana diz claramente que o movimento *personalista* incidiu de maneira clara sobre o pensamento e sobre a obra de teólogos que contribuíram de modo inquestionável para o desenvolvimento do ecumenismo em nosso tempo. Foram eles: Congar, Daniélou, Chenu, etc. (SANTA ANA, 1987, p. 83).

Nesta mesma ótica em relação à influência do *personalismo* sobre alguns teólogos, Marcelo Barros afirma que:

Em torno dele se juntaram teólogos como o Pe. Chenu, Yves Congar e outros. Congar foi o primeiro teólogo que, com suas obras “Cristãos desunidos” e “Cristãos em diálogo”, criou uma teologia que fundamentava e aprofundava o movimento ecumênico nascente (BARROS, 1996, p. 121).

Outro âmbito foi o da espiritualidade, pois a partir daí, vai-se construindo uma mística de diálogo que se expressa pelo intercâmbio espiritual entre católicos, evangélicos, anglicanos e ortodoxos, de modo que se vai amenizando as tensões e os conflitos doutrinários existentes. O papa Leão XIII, em 1885, recomendou uma Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos na primeira semana de Pentecostes. Em 1867, escreve na carta encíclica *Divinum illud munus*, sobre o valor da oração em que se pede que o bem da unidade dos cristãos possa amadurecer.

O papa Pio X concedeu a sua benção oficial à Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, em 1909, porém foi o papa Bento XV que a introduziu de maneira definitiva na Igreja católica. O Papa Pio XII, em 1943, na sua encíclica *Mistici corporis*, reiterou que, seguindo o exemplo de Cristo, teria rezado pela unidade da Igreja. Também, vale lembrar o fato de que João XXIII convocou o Concílio Vaticano II no encerramento da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, dia 25 de janeiro de 1959.

Wolff ainda salienta que, a partir de 1937, o padre Paul Couturier (1881-1953) e Paul Wattson (1863-1940) dão força para a dimensão ecumênica dessa semana, propondo celebrações que reúnem cristãos de diferentes igrejas na Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos (WOLFF, 2014, p. 26-27).

Santa Ana afirma que a experiência do padre Couturier, na década de 1930, de dialogar com cristãos de outras igrejas foi importante, de modo que foi se desenvolvendo uma relação fraterna, crescendo uma confiança mútua, surgindo também uma comunhão, que consolidou uma base sobre a qual se foi identificando a atividade ecumênica (SANTA ANA, 1987, p. 82).

Sobre esse movimento espiritual e sobre o padre Couturier, Barros assevera que:

Esse movimento espiritual de oração e conversão do coração se espalhou pelas paróquias e comunidades, principalmente católicas. Mais tarde, teve o seu grande profeta no padre Paul Couturier (Lyon, 1935), que propunha que se orasse em comum pela unidade, como Deus quisesse e através dos meios que Ele escolhesse (BARROS, 1996, p. 120-121).

Wolff ainda lembra que o monge beneditino Lambert Beauduin (1873-1960) contribuiu com a espiritualidade ecumênica fundando, em 1925, os ‘monges da união’, na Bélgica, de modo que, sua pretensão era fortalecer a unidade espiritual, sobretudo entre católicos e ortodoxos. Além disso, em 1939, Beauduin funda a revista *Irenikon*, que ainda hoje é uma das principais nos meios ecumênicos (WOLFF, 2014, p. 27).

Sobre a fundação do mosteiro, Barros diz que fora criado pelo papa com o objetivo de ser plenamente “consagrado à unidade dos cristãos e especialmente à convivência entre católicos e ortodoxos. Pediu ainda aos monges e monjas beneditinos que se consagrasse a esta causa da unidade das Igrejas” (BARROS, 1996, p. 121).

Outro âmbito que foi preparando terreno para a grande tomada de consciência da Igreja católica romana em relação ao ecumenismo foi a criação de organismos, de modo que esses foram surgindo para fomentar encontros entre as Igrejas e as ajudar na realização do exercício do encontro, também da acolhida mútua, do diálogo e da cooperação. Há nesses encontros o intercâmbio e ao mesmo tempo o enriquecimento das experiências. Alguns desses organismos são: o Centro Instina, em Paris; o Centro Santo Irineu, em Lyon; o movimento *Una Sancta*, na Alemanha; a *Associação Unitas*, em Roma e outros.

O quarto âmbito foi na ação social, em que cristãos de diferentes igrejas solidarizaram-se e esforçaram-se pela promoção humana, sobretudo durante os dois grandes conflitos mundiais (WOLFF, 2014, p. 27). Neste ponto, Santa Ana lembra que esse fato foi decisivo para abrir o espírito católico-romano ao diálogo, pois a experiência que muitos fiéis tiveram durante 1939-1945 na luta contra o nazi-facismo, defendendo os judeus para que não fossem levados aos campos de concentração e ao extermínio, resistindo, desse modo, ao totalitarismo reacionário que tinha como pretensão dominar o mundo entre as décadas de 1930 e 1940.

Dessa forma, foram anos de encontros, de diálogo e de luta junto com cristãos de outras igrejas. A colaboração nessas atividades criou condições para que houvesse, entre as pessoas que até então estavam divididas e afastadas, uma aproximação, de modo que pudesse nascer uma fraternidade, uma comunhão. Em meio à dor e à tragédia, nos campos de concentração do nazi-facismo, foi nascendo tal unidade.

Foi precisamente em meio a esses terríveis acontecimentos e condições que ocorreu o descobrimento do outro, sem o qual não pode existir o diálogo, e também o reconhecimento de que diante de *mim* há um *tu*, e que não é meu inimigo, mas alguém que me complementa, me corrige, me ajuda a amadurecer, a chegar a ser quem realmente sou potencialmente. Tal experiência teve e ainda tem consequências incalculáveis para o desenvolvimento do

movimento ecumênico. A abertura da Igreja católica romana demorou a chegar, porém quando chegou, irrompeu com força e alegria na vida das igrejas (SANTA ANA, 1987, p. 85).

## 2 O CONCÍLIO VATICANO II E A SUA ECUMENICIDADE

Barros lembra que em 1952, Roma consentiu que se iniciasse uma conferência internacional católica para assuntos ecumênicos. Tal organismo formou os quadros que serviram para o papa João XXIII preparar o ensinamento ecumênico do concílio e ajudar a Igreja católica a responder ao apelo de Deus para que todos sejam unidos, a fim de que o mundo creia (Jo 17,21).

Barros ainda recorda que qualquer pessoa que acompanha a caminhada da Igreja católica na história sabe que o Concílio Vaticano II foi o maior e mais importante acontecimento que esta Igreja viveu no século XX. O concílio foi o início do que as comunidades cristãs populares chamam de “um novo modo de a Igreja ser”. Realmente, foi tão importante como acontecimento teológico e pastoral, que influenciou não somente na Igreja romana, mas em muitas outras igrejas cristãs (BARROS, 1996, p. 121-122).

Nesta mesma ótica, Santa Ana diz que quando João XXIII convocou o Concílio Vaticano II e na medida em que o concílio se desenrolava e manifestava grande vitalidade, era possível perceber grande fertilidade no catolicismo. Assim, as outras igrejas também se sentiram interpeladas, o que ajudou e continua ajudando no processo de renovação (SANTA ANA, 1987, p. 84).

Cipriani diz que no dia 25 de janeiro de 1959, João XXIII anunciou aos dezessete cardeais reunidos em consistório no auditório do mosteiro de São Paulo fora dos Muros a celebração de um Sínodo Diocesano de Roma e um concílio ecumênico. O anúncio colheu de surpresa a Igreja católica romana e o mundo, inclusive alguns dos cardeais presentes em São Paulo fora dos muros.

João XXIII tomou a decisão de um concílio de modo totalmente pessoal, autônomo e independente, e manifestou cinco dias depois de tê-la comunicado ao seu Secretário de Estado, o cardeal Domenico Tardini. Diferentemente do que se esperava, ele deveria fazer uma sondagem de opinião, mas não o fez (CIPRIANI, 1985, p. 43).

Segundo a visão de Barros, naquela ocasião de convocação, o modo de João XXIII falar, levou muitas pessoas a pensar que ele estava propondo um concílio ecumênico formado por pastores e cristãos de várias igrejas. Além disso, até hoje há pessoas que pensam que de início João XXIII desejou fazer do concílio um encontro ecumênico que fosse reunir cristãos de várias igrejas e depois obrigatoriamente teve que diminuir o projeto e convocar um concílio de bispos católicos (BARROS, 1996, p. 122).

Todavia, no dia 25 de dezembro de 1961, o papa João XXIII anunciou que o concílio se iniciaria em 1962, e que este seria uma busca de *aggiornamento* da Igreja, em sua organização, sua doutrina e sua ação evangelizadora. Isso não é novidade em relação aos concílios anteriores,

porém o fato é que agora o processo de *aggiornamento* deve acontecer *ad extra*. A partir do Vaticano II se tem como escopo pautar novas relações da Igreja com o mundo e também com outras igrejas e religiões.

Os padres conciliares logo perceberam os muitos desafios que precisavam superar para que o objetivo ecumênico do concílio fosse realizado, pois até então o ecumenismo era visto como sendo coisa dos protestantes. Também, os padres conciliares foram desafiados a rever suas concepções de unidade, pois várias questões foram surgindo, e a partir delas, percebeu-se que a questão ecumênica é uma questão eminentemente eclesiológica.

Justamente pelo fato de que o objetivo do concílio era ser ecumênico, isso fez com que o mesmo fosse uma verdadeira escola de ecumenismo para os bispos, pois muitos deles não conheciam as questões relativas ao ecumenismo pelo fato de a Igreja católica não estar integrada no movimento ecumênico até então. Por isso, aos poucos, a Igreja foi se esforçando para compreender que a superação desse mal não depende apenas dela, mas dela em comunhão com as demais igrejas (WOLFF, 2014, p. 33-35).

Há quem veja o Concílio Vaticano II como um novo Pentecostes do Espírito para a Igreja. Barros infere que quem teve a graça de Deus de viver na Igreja católica nos tempos do Concílio Vaticano II pôde sentir que Deus escutou a oração das igrejas e deu à Igreja de Roma um novo Pentecostes seja de graça, seja de renovação. Segundo Barros, ao meio-dia de 11 de outubro de 1962, os sinos de todas as igrejas católicas do mundo soaram festivamente e ao mesmo tempo, pois indicavam que em Roma começara o acontecimento que é tido como o maior do século XX no meio católico.

Na Igreja de São Pedro, no Vaticano, desde as oito da manhã, estavam representantes de setenta e nove nações do mundo, dois mil e quinhentos bispos e padres conciliares e vinte e oito representantes de igrejas evangélicas e ortodoxas que eram convidados especiais do papa. Havia teólogos como Oscar Cullmann e Herbert Roux, bem como Roger Schutz e Max Thurian, que eram irmãos da comunidade de Taizé. Estes se sentiram participantes ativos de todas as discussões e também atos do concílio (BARROS, 1966, p. 123).

Todavia, havia muita resistência dos bispos católicos ao fato de haver representantes de outras igrejas, pois se sentiam desconfortáveis diante das discussões de certos temas. Esse e outros fatores fizeram com que João XXIII intervisse, mesmo contra a maioria da cúria, e mantivesse a decisão de fazer um convite para as demais igrejas. O fato é que os representantes das outras igrejas não estavam escondidos e nem estavam destinados a um papel passivo, pois foram colocados nas primeiras fileiras, numa tribuna que faz face à dos cardeais, com um tradutor em latim, e eles receberam os mesmos documentos de trabalho que os bispos recebiam.

Eles podiam comunicar suas impressões acerca dos debates e sobre os temas em reuniões semanais que eram realizadas com o secretariado para a unidade, ou quando consultados por comissões, bispos e teólogos. Isso mostra que eles não eram simples expectadores, mas também observadores, de modo que participavam ativamente (WOLFF,

2014, p. 36-37). Sem dúvida, isso era sinal de que o papa João XXIII desejou realmente que o concílio, além de ser ecumênico, fosse vivido de maneira ecumênica.

O Secretariado para a Promoção da Unidade dos Cristãos ajudou a tornar mais ágil e incisiva a própria ação de João XXIII, tanto no campo ecumênico como na perspectiva mais ampla da atualização da Igreja católica. Tal secretariado, segundo a visão de Cipriani, foi organizado com os requisitos aptos a responder a esta exigência ainda insatisfeita de João do pontificado joanino. Por isso, pode-se dizer que o secretariado não só sustentava a ação do papa nesta direção, mas também, especialmente através de seu presidente, sugeria ao pontífice critérios de avaliações novas a respeito de muitos problemas doutrinas que estavam em discussão (CIPRIANI, 1985, p. 87).

### 3 DECISÕES DO CONCÍLIO VATICANO II EM RELAÇÃO AO ECUMENISMO

Segundo Barros, graças ao concílio e através dele, a Igreja católica entrou numa atitude espiritual de aproximação pastoral e também de diálogo amoroso com toda a humanidade. Como afirma a *Gaudium et spes* (1): “as alegrias e as esperanças, os sofrimentos e as preocupações do homem moderno são as alegrias e esperanças, sofrimentos e preocupações dos discípulos de Jesus Cristo”.

Em 21 de novembro de 1964 os bispos aprovaram o decreto *Unitatis redintegratio*. Este documento manifesta mais do que um texto simplesmente escrito, mas um espírito no qual esta Igreja ingressou. Além disso, reconheceu as outras confissões cristãs como igrejas. Vale lembrar que antes os textos romanos só se referiam às pessoas (irmãos separados), mas não às igrejas. Estas não eram levadas em conta como comunidades eclesiais, pois a Igreja católica se considerava a única e verdadeira Igreja.

Sendo assim, os bispos naquela ocasião conciliar, declararam que as igrejas evangélicas são comunidades cristãs e que contam com elementos da verdadeira Igreja de Cristo, mesmo que não estejam em plena comunhão com a Igreja de Roma. Pois é nesta que subsistem os elementos da verdadeira Igreja de Cristo, porém estes elementos também estão presentes nas outras igrejas.

É pertinente recordar que por muitos séculos, tanto a doutrina como o próprio culto da Igreja católica foram organizados de modo defensivo, de modo que se acentuava as divisões entre os cristãos. A partir do Concílio Vaticano II, tanto a doutrina como a disciplina e toda a vida da Igreja foram revisadas, e em vários casos, foram modificadas para dar testemunho da unidade básica que existe entre todos aqueles que creem no Cristo.

O ecumenismo avançou e foi impulsionado quando o concílio reconheceu que as verdades de fé não são todas iguais e não possuem a mesma importância. Por exemplo, em relação à hierarquia de verdades, uma coisa é discutir a existência dos anjos, ou se Maria teve um ou vários filhos, e outra coisa é a discussão se Jesus Cristo é o Filho de Deus, ou se

verdadeiramente ressuscitou. Portanto, essa hierarquia de verdades da fé possibilita muito mais o diálogo com as outras igrejas e a valorização dos pontos que certamente nos unem (CIPRIANI, 1985, p. 124-125). Sobre a hierarquia das verdades, Santa Ana diz que:

É evidente que, antes de chegar a discutir o primado de Pedro (afirmação católica muito importante que outras Igrejas não aceitam), há outras afirmações doutrinárias que têm mais peso: a crença no Deus Trino, a humanidade de Deus em Jesus Cristo, sua obra salvadora e libertadora, o valor decisivo das Sagradas Escrituras como fonte de revelação, etc. A respeito dessas questões, destas verdades, há muito menos dissensões do que em relação ao problema da ordem eclesiástica. Sem tirar importância deste ponto, o conceito de “hierarquia das verdades” utilizado pelos Padres Conciliares serve para uma aproximação mais flexível da discussão dos assuntos que ainda separam os católicos romanos dos cristãos de outras confissões (SANTA ANA, 1987, p. 91).

Santa Ana assevera que é preciso levar em conta dois documentos importantes: o primeiro é o que foi mencionado anteriormente sobre a unidade, *Unitatis redintegratio* e o outro *Dignitatis humanae*. Todavia, o mais importante é o primeiro deles. Segundo Santa Ana, tal documento usa um tom claramente ecumênico, e já no número 1 mostra que a unidade é entendida a partir de uma base trinitária, pois o Filho unigênito de Deus, que foi enviado ao mundo pelo Pai, havia rogado pela unidade dos seus.

Os membros de outras igrejas são honrados com o nome de cristãos e reconhecidos como irmãos no Senhor. São tidos como irmãos separados, e mesmo que as igrejas tenham deficiências, de maneira alguma estão destituídas de significado e importância no mistério da salvação. É na revelação com a Igreja de Cristo que as outras igrejas recebem a força para desenvolver a sua vida eclesial (SANTA ANA, 1987, p. 84-85).

Wolff fala do esquema *De oecumenismo* que foi pensado de início como capítulo da constituição sobre a Igreja, mas que depois ganhou corpo próprio. Na mesma ótica de Santa Ana, Wolff afirma que o decreto: “Não fala ‘irmãos separados’, mas irmãos desunidos; chama as comunidades orientais de ‘Igrejas’ e as que saíram da Reforma de ‘Comunidades Eclesiais’; não sugere um ‘ecumenismo católico’, mas ‘princípios católicos do ecumenismo’” (FESQUET APUD WOLFF, 2014, p. 38).

Outro ponto é que no decreto se aplainou o caminho para iniciar um diálogo a respeito de uma formação ecumênica (UR 10). Esta é realizada em vários níveis na vida das igrejas: a educação teológica, a formação permanente dos leigos, a educação dos jovens, a catequese das crianças, etc. Além disso, outro nível de formação ecumênica está relacionado a vida dos leigos. É fundamental preparar e incentivar a participação dos leigos de diferentes confissões na Semana de Oração pela Unidade Cristã. Tudo isso certamente permite aproximação, momentos de confiança e fraternidade.

Também, segundo Santa Ana, outro ponto é que o decreto tem um capítulo importante, não somente no que diz respeito ao ponto doutrinário, mas também prático, e sobre a reflexão

aborda as relações com as igrejas e comunidades eclesiais separadas da sé apostólica de Roma (UR 13-23). Assim, de um lado são consideradas as igrejas orientais (ortodoxas) e as igrejas e comunidades eclesiais no Ocidente (anglicana, luterana, reformada, batista, metodista etc.), de outro lado. Isso mostra que a Igreja católica está determinada a entrar no movimento ecumênico.

Outro ponto ainda é que no número 13 do documento menciona os motivos que levaram às divisões da Igreja de Cristo e, ao fazer isto, menciona-se a gravidade que tem as questões doutrinárias e as relativas à estrutura eclesial. Lembra também a incidência do lugar, a situação histórica, a peculiaridade original de cada uma dessas divisões. Aqui neste ponto, segundo Santa Ana, implicitamente se está levantando uma questão que foi tomando corpo cada vez maior desde o fim do Concílio Vaticano II não só entre a Igreja católica romana e as demais, mas também no seio dela mesma.

Neste ponto entra a questão de que para a Igreja católica romana a unidade se dá na comunhão episcopal, no colégio apostólico, cujo centro é ocupado pelo sucessor de Pedro. A comunhão episcopal que se dá numa região ou país é feita na referência dos bispos ao que está em Roma. É uma estrutura considerada sacramental. Já para o Conselho Mundial de Igrejas a unidade se expressa primeira e primordialmente a nível local, pois a unidade se dá quando todos os cristãos em cada lugar reconhecem o mesmo batismo e se reúnem em torno da mesma mesa. É uma unidade feita de baixo para cima. São assuntos que cada vez mais merecem ser esclarecidos (SANTA ANA, 1987, p. 90-93).

Nesta questão da unidade, Wolff salienta que as divisões que aconteceram na história do cristianismo dificultam a compreensão da unidade e unicidade eclesial. Nesse sentido, a meta dos esforços ecumênicos é recuperar a visibilidade histórica da unidade que foi perdida pela divisão dos cristãos. Tais esforços certamente combatem o indiferentismo e o conformismo com a constante fragmentação do cristianismo e propõe caminhos de reconciliação.

Assim, é necessário aprofundar a consciência de que a comunhão é a verdadeira natureza da fé cristã e também eclesial, e indubitavelmente deve ser vivida com todos os que professam a fé em Cristo e na sua Igreja. Portanto, faz-se necessário uma reinterpretação dos pressupostos da separação dos cristãos, de modo que se busque compreender se as causas de divisão no passado são válidas ainda nos dias de hoje (WOLFF, 2014, p. 40-41).

Finalmente, Santa Ana fala de outro documento importante que é *Dignitatis humanae*. Santa Ana não faz uma análise mais acurada como fez com *Unitatis redintegratio*, mas fala de sua importância e lembra que a verdade não se dá a partir da sabedoria humana, mas com toda certeza, da vontade de Deus que a revelou ao gênero humano. Portanto, todos os homens estão obrigados a buscar a verdade, sobretudo aquela que diz respeito a Deus e a sua Igreja, e depois de concebê-la, é preciso abraçá-la e praticá-la (DH 1).

A declaração fala que o exercício da liberdade tem limites, pois ao falar deles, entra-se implicitamente na questão do proselitismo e também da atitude agressiva dos que promovem posições religiosas e ideológicas procurando conseguir adeptos para suas causas. Lembra ainda

que existem muitas vezes grupos de cristãos, e que pertencem a longas tradições, a igrejas bem sucedidas, bem como outras comunidades, que não duvidam em oferecer benefícios materiais ao povo, para que assim, conquistem adeptos. Neste caso, não se está pregando o Evangelho, mas se torna uma tentativa de forçar e de influir sobre a consciência do povo para convertê-lo.

Santa Ana recorda que os papas Paulo VI e João Paulo II declararam em diversas ocasiões sua adesão ao diálogo ecumênico, mantendo as diretivas definidas no Concílio Vaticano II (SANTA ANA, 1987, p. 93-95). Santa Ana e Wolff citam exemplos e gestos concretos dos papas em relação ao ecumenismo. Tais gestos foram fortes no pontificado de João XXIII e Paulo VI.

Também, no pontificado de Francisco, ainda que recente, é possível perceber vários gestos que demonstram sua sensibilidade e adesão ao ecumenismo, de modo que com estes a Igreja cada vez mais vai com eles aprendendo e se abrindo, rumo a uma plena unidade, para que seja como Cristo rezou: “a fim de que todos sejam um. Como tu, Pai, estás em mim e eu em ti, que eles estejam em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste” (Jo 17,21).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O empenho ecumênico por parte da Igreja católica é vasto e demandaria um trabalho mais exaustivo. Todavia, foram apresentados alguns pontos para se compreender as atitudes, gestos e posturas que foram sendo tomadas para que pudesse culminar no Concílio Vaticano II.

Muitos outros gestos de aproximação por parte da Igreja católica romana foram feitos no que diz respeito ao ecumenismo, como se asseverou acima. Por exemplo, a postura do papa João XXIII foi sem dúvida uma abertura muito grande, foi realmente acolher o sopro do Espírito Santo. Ele foi firme em sua decisão de que o concílio fosse ecumênico e fosse também vivido de forma ecumênica.

Também no pontificado de Paulo VI aconteceram muitos gestos da parte dele. Vale lembrar que ele deu continuidade aos trabalhos do concílio, e manteve a decisão de João XXIII de ser um concílio verdadeiramente ecumênico. Houve também outros momentos concretos, encontros que não foram mencionados no presente, mas foram importantes para a história ecumênica.

Houve com João Paulo II a publicação da primeira encíclica do ecumenismo *Ut unum sint*. Também pequenos gestos, ainda que tímidos, ocorreram no pontificado de Bento XVI. E no pontificado de Francisco vem ocorrendo por parte dele, gestos que demonstram seu empenho pela unidade dos cristãos. Francisco desde o início de seu pontificado vem mostrando simpatia à questão ecumênica e ao diálogo inter-religioso, de modo que além de amizades, mantém diálogo com líderes de religiões e de igrejas cristãs do mundo inteiro. ✨

## REFERÊNCIAS

BARROS, Marcelo. **O sonho da paz.** A unidade nas diferenças: ecumenismo religioso e o diálogo entre os povos. Petrópolis: Vozes, 1995.

BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.

CIPRIANI, Gabriele. **Itinerário ecumênico de João XXIII.** São Paulo: Paulinas, 1985.

CULLMANN, Oscar. **Diálogo ecumênico.** São Paulo: Herder, 1967.

SANTA ANA, Júlio de. **Ecumenismo e libertação:** reflexões sobre a relação entre a unidade cristã e o Reino de Deus. Petrópolis: Vozes, 1987.

VERCRUYSSSE, José. **Introdução à teologia ecumênica.** São Paulo: Loyola, 1998.

VIER, Frederico (Coord.). **Compêndio do Vaticano II:** constituições, decretos, declarações. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

WOLFF, Elias. **O ecumenismo no Brasil:** uma introdução ao pensamento ecumênico da CNBB. São Paulo: Paulinas, 1999.

WOLFF, Elias. **Vaticano II:** 50 anos de ecumenismo da Igreja Católica. São Paulo: Paulus, 2014.